

Salvatore Cernuzio

O véu
do
silêncio



PAULUS

Introdução

Quando decidi escrever um artigo sobre os problemas dos abusos nas congregações femininas¹ para a revista *La Civiltà Cattolica*, não imaginava receber uma atenção tão grande, nem que o artigo tivesse tão profunda ressonância. Logo depois recebi cartas e *e-mails* de irmãs, ex-religiosas, sacerdotes e leigos de diversas partes do mundo: algumas eram críticas, mas na maior parte havia uma plena partilha de temas, juntamente com o encorajamento para continuar a tratar desta temática. Mas o que mais me admirou foi que, nas suas histórias, emergiam características comuns: a tendência, por exemplo, em manter no cargo sempre as mesmas pessoas durante longos anos, por vezes por mais de trinta ou quarenta anos. Isto encerra em si graves riscos para quem exerce a autoridade: a tendência a identificar-se com a função e a confundir a vontade própria com a vontade de Deus, e até impô-la de maneira rígida a toda a congregação ou à comunidade. Quem se submete corre o risco, por sua vez, de confundir a procura da vontade de Deus com a aprovação das autoridades. E assim, em nome da unidade, silencia-se qualquer pensamento que não se limite a repetir a voz de quem governa. São as características daquilo a que o Papa Francisco chama *o pensamento rígido*: identificar a pessoa com a sua

¹ Cf. G. CUCCI, «Abusi di autorità nella Chiesa. Problemi e sfide della vita religiosa femminile», in *La Civiltà Cattolica*, 2020, III, pp. 218-226.

função e confundir a unidade com a uniformidade.² Daí a dificuldade em reconhecer, antes mesmo de se expressar, as perplexidades de um tal estilo de vida: a pessoa sente-se diferente, marginalizada, inimiga da congregação.

Ocupar uma função que tem algo de sagrado pode, aliás, com mais facilidade (se não houver uma atenta vigiância), prestar-se ao perigo de instrumentalizar a confiança da pessoa que abre a sua consciência, especialmente quando é fraca ou facilmente manipulável, utilizando a função ocupada para preencher as necessidades pessoais e impor a própria vontade: «Na teologia católica, e não só, a parte mais sagrada do homem é a consciência individual [...]. A função de quem acompanha não consiste em dizer à pessoa o que deve fazer, mas ajudá-la a ter luz sobre o que considera melhor para si. Tomar o lugar da consciência do outro é, precisamente, um abuso de consciência.»³

Uma crise difusa?

Segundo os dados da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, em 2018, 3,8^o% dos institutos no mundo foram objeto de uma visita apostólica. Considerando que se tratou de uma tomada de posição oficial, pode-se conjecturar que

² «Onde o Espírito estiver presente, existe sempre um movimento em favor da unidade, mas nunca em favor da uniformidade. O Espírito preserva sempre a legítima pluralidade dos diversos grupos e pontos de vista, reconciliando-os na sua diversidade. Portanto, se um grupo ou uma pessoa insistem que o seu modo é o único de “ler” um sinal, é um indício negativo» (Francisco, *Ritorniamo a sognare. La strada verso un futuro migliore*, Piemme, Milão, 2020, p. 75). Logo a seguir, menciona-se a identificação com a função como «tentação do pensamento rígido».

³ D. CIRIO, «Brevi annotazioni canonistiche sul concetto di abuso di potere e di coscienza», *Tredimensioni*, 2020, n. 3, p. 309.

tal cifra seja apenas a ponta de um icebergue de uma crise difusa: os testemunhos apresentados no presente livro vêm de congregações e de países muito diferentes. Mas, sobretudo, não se pode esquecer que a Igreja é um corpo, como nos lembra São Paulo (1Cor 12,26-27), e, portanto, quando um membro sofre, todo o corpo sofre. Limitar-se a revelar números e estatísticas precisas, ou a identificar as congregações em questão para afirmar que o problema não nos diz respeito, é uma forma de evitar o confronto. Porém, isto acaba por propor a mesma dinâmica usada na questão dos abusos sexuais cometidos por presbíteros: perante os casos apresentados, na maioria das vezes defendeu-se que o problema era circunscrito e não dizia respeito às nossas comunidades, mas residia num outro lugar, exceto quando pontualmente se teve de recuar nas afirmações e admitir, com embaraço, que não se queria enfrentar o problema.

Também nos testemunhos das irmãs abusadas por sacerdotes, a reação das autoridades, tanto masculinas como femininas, conheceu modalidades semelhantes. Preferiu-se “salvaguardar” o bom nome da instituição sacrificando as vítimas: a irmã abusada é transferida, acusando-a de ter seduzido o padre, e o padre fica no seu lugar, continuando imperturbável na sua atividade predatória. Se o abuso for perpetrado por uma mulher, esta forma de culpabilização é ainda mais forte.

Em todas estas histórias de vida, fiquei muito impressionado com um aspeto recorrente: o pedido unânime de garantir o anonimato, de quem conta e da congregação a que se pertence. O motivo parece evidente. Tal pedido, no entanto, levanta sérias interrogações ao exercício da autoridade e ao voto de obediência tal como é de facto vivido nos institutos.

O tema da autoridade segundo o Evangelho, no seguimento do serviço e não do medo (cf., por exemplo, Mc 10,42-45), está amplamente presente no magistério eclesial. Nestes textos emerge claramente a diferença entre poder e autoridade, e delineiam-se as características de quem é chamado a ser pastor da grei.⁴ No Evangelho, Jesus suscita nos seus interlocutores (mesmo nos mais adversos) uma série de sentimentos, mas nunca o medo, e, no entanto, é reconhecido pelo povo «como alguém que tem autoridade» (Mt 7,29). Também nas parábolas apresenta um Deus que, até mesmo no momento do juízo, convida sempre a abrir o próprio coração, e a dialogar de verdade. Relembrar estas fontes poderá voltar a dar frescura e vigor à vida consagrada.

As histórias narradas neste livro mostram como o tema da obediência é, desde há muito tempo, mal compreendido: o superior, ou a superiora, não é um tirano ou um soberano absoluto, mas foi colocado ao serviço da comunidade. Ocupa o lugar de Deus na medida em que considera o súbdito como aquele que está no lugar de Cristo. Se o maltrata, maltrata Cristo. O dever de obedecer é paralelo ao dever de exercer a paternidade e a maternidade espirituais.⁵

Porque é que estas irmãs não puderam exprimir aos seus superiores, e no âmbito da vida comunitária, o seu

⁴ Lembro apenas os últimos documentos publicados: CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA, *O serviço da autoridade e da obediência. Faciem tuam, Domine, requiram*, 11 maio de 2008; Id., *Para vinho novo odres novos. Do Concílio Vaticano II: A vida consagrada e os desafios ainda abertos. Orientações*, 6 de janeiro de 2017; Id., *O dom da fidelidade e da alegria da perseverança. Manete in dilectione mea*, 27 março de 2020; FRANCISCO, Carta Apostólica *Como uma mãe amorosa*, 4 de junho de 2016.

⁵ Veja-se também a ampla discussão que DOM DYSMAS dedica a este tema, a nível teológico, canónico e espiritual (*Risques et dérives de la vie religieuse*. Prefácio de Mons. José Rodriguez Carballo, Cerf, Paris, 2020, pp. 147-198).

mal-estar? Como viveram a obediência em todos estes anos? De que modo foi valorizado o seu contributo? Algumas irmãs, embora ocupando postos de responsabilidade no seu instituto, tiveram de se submeter passivamente e apenas executar o estabelecido pelas superiores maiores, especialmente em assuntos cujas decisões eram importantes.

O racismo é outro triste tema presente nestas histórias. Pergunta-se o quanto esteja ligado aos mal-entendidos acima sublinhados. Muitas lamentam ser avaliadas com base na cor da pele ou do país de origem, independentemente das suas qualidades e preparação: uma espécie de mentalidade feudal que continua a estar presente em muitos institutos religiosos.

A necessidade de ver mais além

Um dia, inesperadamente, descobri o estudo dirigido pelo geral dos cartuxos, Dom Dysmas, com o título *Riscos e derivas da vida religiosa*: nele analisam-se, de maneira ampla e documentada, as características doentias da vida religiosa e as estruturas que as divulgam, até à paralisia total. Exemplo significativo de tal investigação estrutural é o testemunho de uma psicóloga, que preferiu manter o anonimato por ter acompanhado de perto irmãs contemplativas demitidas por impulsos suicidas. No entanto, estas irmãs não apresentavam sinais de desequilíbrio psíquico ou de depressão grave. As causas ligavam-se ao estilo de vida: «Parecia que lhes era pedido que se despojassem de tudo o que pudesse contribuir para o alívio das suas próprias pessoas, dos seus interesses, dos seus talentos. Tinham tentado tornar-se a religiosa perfeita, santa, renunciando

a tudo o que aspiravam. As diretrizes comunitárias apontavam um caminho, enquanto o seu interior pedia outro. E quanto mais se conformavam, mais as dúvidas, os conflitos e a baixa autoestima se ampliavam, chegando ao ponto de não reconhecerem a sua identidade como filhas de Deus e considerando-se como presas do demónio... Só a morte poderia libertá-las destes tormentos.»⁶

A maioria dos testemunhos aqui relatados não são de abusos sexuais, e precisamente por isso são ainda mais difíceis de reconhecer e de enfrentar. Mas, como nota justamente um autor, o facto de um comportamento não ser punível por lei não significa que não seja grave do ponto de vista humano e espiritual, «e por vezes este mal-entendido é aproveitado para subestimar comportamentos devastadores na vida das pessoas que foram vítimas de tal [...]. O abuso espiritual pode ser definido também com base nos seus efeitos, alguns dos quais são: autoestima prejudicada, dependência induzida, menor capacidade de estabelecer confiança, reações emotivas como ira, ânsia e depressão. Os especialistas acrescentam que em alguns casos até a própria fé em Deus pode ser afetada»⁷.

É necessário recordar estas coisas porque a lei deve ser a proteção do fraco e de quem sofre injustiças, muitas vezes sem delas ter consciência. O n. 618 do Código de Direito Canónico recorda que os súbditos devem ser

⁶ Cf. DOM DYSMAS DE LASSUS, *Risques et dérives de la vie religieuse*. Prefácio de Mons. José Rodríguez Carballo, Paris, Cerf, 2020, p. 234. Numa entrevista, Dysmas referiu ter dado despacho à investigação perante numerosos pedidos de escuta «por aqueles – principalmente irmãs ou ex-religiosas – que não tinham encontrado ouvidos atentos. Perante a coerência das narrativas de abusos em comunidades muito diferentes, tomei progressivamente consciência de estarmos perante um problema considerável» (<https://www.breviarium.eu/2020/02/25/dysmas-de-lassus-sophie-lebrun-lavie/>).

⁷ D. CIRIO, «Brevi annotazioni canonistiche sul concetto di abuso di potere e di coscienza», cit., pp. 307-308.

tratados como Filhos de Deus «no respeito da pessoa humana». Agir de forma diferente é realizar um abuso de poder, porta de ingresso para qualquer outro abuso. Os episódios de violência sexual foram em grande medida perpetrados por pessoas muito carismáticas e cuja modalidade de gestão do poder não tolerava pontos de vista diferentes, incapazes de escuta ou de empatia e extremamente rígidas na maneira de propor o seguimento evangélico. Por isso, o Papa Francisco, na *Carta ao povo de Deus que se encontra em caminho no Chile* (31/05/2018) e na *Carta ao povo de Deus* (20/08/2018) não fala simplesmente de «abusos sexuais», mas sempre de «abusos sexuais, de poder e de consciência, no contexto sistémico mais amplo das relações que existem na comunidade eclesial e da sua corrupção quando a autoridade é vivida como poder e não como serviço»⁸.

Num documento posterior, o Papa elencou as várias formas de abuso e estigmatizou uma mentalidade, o clericalismo, como a sua possível raiz⁹: «O clericalismo expõe as pessoas consagradas ao risco de perderem o respeito

⁸ F. LOMBARDI, «Verso l'incontro dei Vescovi sulla protezione dei minori», *Civ. Catt.* 2018 IV, p. 545. Jacques Pujol define o abuso espiritual «quando alguém (pastor, padre, bispo, comunidade) se aproveita da sua posição de autoridade para controlar ou dominar uma ou mais pessoas [...]. O abuso espiritual é um abuso de autoridade considerado mais grave pela utilização da autoridade divina para dominar uma ou mais pessoas» (*Abus spirituels. S'affranchir de l'emprise*, Paris, *Empreinte temps présent*, 2015, 10/12). A Comissão SOS Abusos, instituída em 2015 pela comunidade Frères de Saint-Jean (após revelações, em 2013, de «atos contrários à castidade» cometidos pelo fundador, padre Marie-Dominique Philippe), mostrou no seu relatório que 80% dos casos (com adultos) de violência sexual tinham-se realizado num contexto de acompanhamento espiritual.

⁹ FRANCISCO, Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christus Vivit*, 25 de março de 2019, n. 98. Na carta *Vos Estis Lux Mundi*, o Papa Francisco explicita que o âmbito de aplicação do abuso de consciência diz respeito a «condutas realizadas pelos sujeitos a que se refere o artigo 6, consistindo em ações ou omissões tendentes a interferir ou contornar as investigações civis ou as investigações canónicas, administrativas ou criminais, contra um clérigo ou um religioso relativas aos delitos a que se refere a alínea a) deste parágrafo» (Francisco, *Vos Estis Lux Mundi*, de 7 de maio de 2019, a. 1 §1 b).

pelo valor sagrado e inalienável de cada pessoa e da sua liberdade.» Como mentalidade de poder e de manipulação, o clericalismo é um risco que diz respeito a todas as comunidades e situações, expressão do que Dysmas chamou «a estrutura piramidal», ou seja, a tendência de desencorajar, e até mesmo de proibir, a comunicação horizontal entre irmãos e irmãs para manter somente aquela vertical, com a autoridade superior, que decide o que é oportuno ser comunicado, sem receio de ser contradita: «Assim uma parte da verdade permanece oculta e todos acabam por acreditar numa mentira. Quanto mais se mente, mais se fica prisioneiros do sistema, para procurar conservar nele um mínimo de coerência e tudo se torna uma prisão da qual é impossível sair.»¹⁰

A modalidade análoga ao clericalismo nas comunidades femininas parece ser a tendência de permanecer no poder pelo maior tempo possível, impondo uma mentalidade única e uniforme dentro do instituto de acordo com o próprio critério, fazendo-o passar como vontade de Deus e marginalizando e culpabilizando aquelas que pensam de forma diferente.

É significativo que o segundo mandamento do Decálogo (Ex 20,7), à proibição de nomear o nome de Deus em vão, refira o castigo para o transgressor, algo que não se encontra nos outros mandamentos, como a reforçar a gravidade de tal ação. Pronunciar o nome de Deus em vão não se limita apenas à blasfêmia: significa apropriar-se do seu nome para justificar interesses e falhas pessoais, violências e até homicídios. O texto distancia-se de tais perversões, denuncia a sua gravidade, mas ao mesmo tempo atesta a sua presença ao longo da História, o que

¹⁰ DOM DYSMAS DE LASSUS, *Op. cit.* p. 74.

deforma gravemente a relação com Deus, por vezes de forma irreversível.¹¹

Os abusos de consciência são em grande parte consequência do abuso do nome de Deus, instrumentalizado para gratificar a própria conduta. A frequência destas modalidades manipuladoras para subjugar a vontade do fraco exige que se expresse de forma ainda mais veemente a gravidade do abuso do nome de Deus por parte daqueles que têm a difícil tarefa O representar.

Um desejo que não se extingue

Outro dado relevante que merece atenção é o facto de que nem todas as irmãs que saem da sua congregação o fazem por já não encontrarem sentido na vida consagrada. Entre elas encontrei pessoas com uma enorme carga de sofrimento unida a uma grande coragem: abandonaram uma vida de segurança material e de pertença, numa idade já avançada, para serem fiéis à sua própria consciência. Como e por que razão, depois de mais vinte e cinco anos num instituto religioso, decidiram enfrentar uma nova realidade cheia de riscos e de incertezas, mantendo, todavia, a fidelidade ao chamamento numa forma bastante reconhecida pela Igreja? Apesar disso, encontram-se sem casa, sem trabalho, e muitas vezes são ainda objeto de juízos sumários e desprovidos de caridade até mesmo dentro da Igreja.

O Papa, retomando os princípios basilares da Doutrina Social da Igreja, evidenciou nos seus últimos

¹¹ O Papa Bento XVI, na carta *A Igreja e os abusos sexuais*, de 11 de abril de 2019, recorda o trauma de uma ministrante abusada pelo capelão, que «iniciou sempre o abuso sexual que estava a cometer contra ela com as palavras: “Este é o meu corpo entregue por vós”. É óbvio que esta mulher deixou de poder ouvir as palavras da consagração por sentir de novo toda a angústia horrível dos abusos padecidos» (III,2).

pronunciamentos a importância de uma casa e de um trabalho como elementos indispensáveis para a dignidade de todo o ser humano.¹²

Perante tais perspectivas, é lícito perguntar de que maneira operam concretamente as respectivas congregações em relação a estas pessoas. De que forma as motivações que levam uma religiosa a pedir a sua demissão são avaliadas por uma instância superior (como a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada) a fim de se garantir um tratamento justo? Como é que as dioceses ajudam no caminho de quem deixou por razões graves a congregação religiosa mas conserva ainda um desejo de consagração?

Vivo em Roma há muitos anos e devo confessar a grande tristeza ao ver edifícios religiosos abandonados ou fechados, quando se podia entregá-los a consagradas com desejos de encontrarem uma vida em comum. Perante tais situações, os programas pastorais das dioceses e os documentos do magistério que convidam ao acolhimento, à hospitalidade e à solidariedade são como uma bofetada.

Entre os testemunhos, descobri que há consagradas que têm qualificações profissionais e académicas de relevo, falam várias línguas, e tristemente me espantei ao saber que, quando se dirigiram a alguns organismos eclesiais para uma possível colaboração de trabalho, foi-lhes dito que, em caso de dificuldade, podiam receber caixas de alimentos. Como disse alguém, é mais fácil ser caridoso do que justo.

Este é, sem dúvida, um dos motivos que agudizam ainda hoje o vazio relacional e o sentido de isolamento destas almas. Fizeram escolhas corajosas, não cederam a pactos perante a

¹² Cf., por exemplo, a Carta Apostólica *Patris corde*, de 8 de dezembro de 2020, n. 6; Mensagem para a 54.^a Jornada Mundial da Paz de 2021, 1 de janeiro, n. 7.

sua consciência, mas pagam tudo e a caro preço: são abandonadas a si mesmas. Quem foi abusador ficou, pelo contrário, no seu lugar, gozando os privilégios de sempre.

Os caminhos da cura

Como podem ser prevenidas as situações de abuso? É uma pergunta que emerge pontualmente, e com razão, quando nos confrontamos com estes temas. Este livro pretende dar contribuições neste sentido, oferecendo pistas propositivas.

Limito-me a recordar algumas prioridades.

É indispensável, antes de mais, conhecer as diretrizes da Igreja, que são muito claras sobre este problema, tal como emergem nos documentos *O serviço da obediência e da autoridade* e *Para vinho novo odres novos*. Nestes documentos, convidam-se os que são chamados a uma missão formativa e de governo a uma renovada consciência do valor evangélico da autoridade e da obediência. Dar a conhecer e confrontar-se com estes textos é um primeiro passo indispensável para se voltar às nascentes da vida religiosa.

Dar às vítimas de abusos a possibilidade de fazer ouvir a sua voz foi outro passo decisivo para que as autoridades tomassem posição, implementando programas de prevenção a nível de toda a Igreja. A poeira levantada pelos média acerca dos abusos sexuais dos padres, apesar do sofrimento a este respeito, contribuiu também para criar uma sensibilidade diferente em favor destes problemas; de maneira análoga, publicando os testemunhos recolhidos neste livro, espera-se que tal atenção possa também tratar dos abusos de autoridade e de consciência, desmascarando atitudes enganadoras e desalinhadas com os valores da

vida religiosa, que continuam a ser proclamados por palavras. Tudo isto para se darem passos concretos ao encontro de quem sofre e sofreu. Falar dos problemas é já um passo para a cura, que exige um clima de atenção, de acolhimento, de escuta, e pessoas preparadas para esta difícil missão. Por vezes passam anos para que as vítimas possam dizer, a si mesmas primeiro do que aos outros, a gravidade de tudo o que passaram, e são ainda precisos outros tantos (ou até mais) para «juntar todas as peças», calar os sentimentos de culpa (muito presentes nos abusos) e perceber devidamente o poder e a responsabilidade do agressor.

Mas tudo isto é apenas um primeiro passo que exige outros, igualmente importantes, para que as vítimas, em especial as irmãs obrigadas a sair por graves motivos de consciência, possam usufruir das possibilidades de reinserção num novo ambiente. Além de ser um dever e ato de justiça, representa um exemplo concreto de atenção e acolhimento do sofrimento destas pessoas, que, em muitos casos, desejam continuar a sua vida como consagradas. Para praticar uma mudança de mentalidade é indispensável introduzir explicitamente no percurso formativo temas da prevenção dos abusos (nas suas várias formas) e no acompanhamento das vítimas.

A nova *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* prevê tratar explicitamente destas temáticas para aqueles que se preparam para o sacerdócio; portanto, não há motivos para que isto não possa ser debatido no interior das comunidades religiosas femininas. A Pontifícia Universidade Gregoriana instituiu há tempos o Centre for Child Protection (CCP): partindo de investigações de campo, são oferecidos cursos e seminários sobre como reconhecer o abuso e enfrentá-lo. Algo assim poderia ser pensado também para estas temáticas, oferecendo cursos parecidos

por parte de pessoas preparadas e externas à congregação. Explicitar estes aspetos pode levar a desmascarar o/a abusador/a sobretudo em sede de governo, de formação, acompanhamento espiritual ou em confissão.¹³

O conjunto destes passos pode contribuir para criar uma mentalidade diferente capaz de contrariar quaisquer formas de abuso, e, como consequência, restaurar a frescura e o entusiasmo à vida religiosa.

Um tema muito pouco explorado

Aqueles que vivem com autêntico espírito de doação na vida religiosa podem ficar perplexos perante estes temas. Na realidade, a História, mesmo a recente, lembra-nos que quando se enfrenta um problema sob o clamor mediático escandaloso tornamo-nos menos credíveis aos olhos do público e é-se justamente acusado de agir por oportunismo. Creio ser preferível confrontar-se com o problema antes de qualquer outro nos obrigar a fazê-lo com tons e finalidades muito diferentes: assim, a vida religiosa pode ganhar em transparência e luminosidade. A atual situação de pandemia mostrou de maneira eloquente como é perigoso ignorar a presença de um vírus.

As comunidades religiosas são chamadas a um trabalho semelhante, a um período de «revisão», em linha com a vigilância evangélica: revelar a presença de vírus potencialmente mortais (como o abuso de poder) para depois se determinarem modalidades eficazes de proteção. Porém,

¹³ «Cân. 1389, §1: Quem abusar do poder eclesiástico ou do cargo seja punido segundo a gravidade do ato ou da omissão, sem excluir a privação do ofício, a não ser que por lei ou preceito já esteja cominada uma pena contra tal abuso. §2. Quem, por negligência culpável, realizar ou omitir ilegitimamente com dano alheio um ato de poder eclesiástico, ou de ministério ou do seu cargo, seja punido com pena justa.»

é importante sublinhar que grande parte da literatura dedicada ao tema da vida consagrada muito raramente entra na discussão destas problemáticas. Uma das primeiras investigações de largo alcance, várias vezes recordada nestas páginas, é da responsabilidade de Dom Dysmas, fruto de quatro anos de encontros com as vítimas, e foi promovida pelo presidente da conferência monástica de França (Dom François You), com a colaboração de teólogos e canonistas, religiosos/as, um abade e uma abadessa, psicólogos e psiquiatras. Todos eles sublinham também a grande escassez de estudos para se reconhecerem as causas de tais derivas, concentrando-se principalmente nas histórias individuais das vítimas.

Por isso, seja louvado e encorajado quem decida, não sem sofrimento e resistências, romper o muro do silêncio, que é de facto o canal privilegiado da divulgação do mal. O clima de medo é, no meu parecer, o obstáculo mais difícil e doloroso a uma possível reforma.

Mais difícil, porque não se poderá chegar a uma reflexão ampla sobre a beleza da vida religiosa sem nos interrogarmos sobre as suas possíveis distorções, tornando cada vez mais problemática uma inversão de tendência e acentuando-lhe a crise.

Mais doloroso, porque a falta de escuta, de atenção ou a pressa podem ser para as vítimas motivo de sofrimento ainda mais forte do que o abuso sofrido.¹⁴

¹⁴ Cf., por exemplo, a história contada por S. DUCREY, *Élouffée: Récit d'un abus spirituel*, em que se descreve a grande frustração perante a tentativa de derrubar o muro do silêncio e de pressões na comunidade eclesial que a impediram de clarificar o abuso sofrido (justificado com motivações «teológicas» pelo próprio confessor) e, sobretudo, de afastar o predador para que não prejudicasse. Para a vítima, Sophie, foi um grande sofrimento até na frente editorial: o livro foi recusado por seis editores em sete anos, para ser depois publicado graças ao clamor erguido pela imprensa sobre o tema. Sophie esperou trinta e cinco anos antes de poder encontrar quem a escutasse por parte da Igreja.

Se algo se puder mudar, será principalmente devido à coragem de quem quis partilhar o seu sofrimento, enfrentando o risco de dar apoio a esperanças vãs. Deseja-se que a reflexão e o debate possam alargar-se. O diálogo entre a base e a autoridade será o melhor modo de quebrar as «estruturas piramidais», de voltar a dar vitalidade ao carisma e recuperar a autêntica beleza da vida religiosa, salvaguardando-nos do perigo de enganar pessoas simples e generosas.

padre Giovanni Cucci, sj